

JOANA VASCONCELOS

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
LISBOA 2017

NOTA PRÉVIA

O texto que agora se publica constitui o resultado do estudo, da análise e da reflexão que ao longo dos últimos quatro anos desenvolvemos no contexto da lecionação da disciplina de Processo do Trabalho, no Mestrado Forense da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Por isso, este *Direito Processual do Trabalho* reflete as duas principais linhas nela seguidas. A primeira, baseada no forte cunho de especificidade que marca a matéria adjetiva laboral, apesar das suas inescapáveis ligações aos Direitos do Trabalho e Processual Civil, exprime-se na primazia dada aos seus valores e conceitos próprios e às soluções em que estes se concretizam. A segunda, fruto da integração da disciplina no programa curricular de um mestrado orientado para o exercício profissional, traduz-se na busca constante de uma articulação harmoniosa da componente teórica com a ligação à prática, na qual assume natural destaque a jurisprudência dos nossos tribunais superiores.

Dirigido a estudantes e a profissionais do foro, este *Direito Processual do Trabalho* visa, além da aquisição de um conjunto de conhecimentos essenciais, uma compreensão abrangente e fecunda da matéria e do seu singular modo de ser. É este o propósito das questões, problemas e desenvolvimentos de que, a cada passo, se dá nota, abrindo vias para a sua resolução e/ou aprofundamento, a partir dos dados normativos, dos autores de referência e do contributo da jurisprudência.

Este duplo propósito reflete-se na seleção dos temas nele tratados, entre os quais se incluem, em sede introdutória, os princípios do Direito Processual do Trabalho, pela visão lata e esclarecedora que propiciam do todo a que se referem, e a - de momento, deveras complexa e incerta - relação do Processo do Trabalho com o Processo Civil. Imprescindível, pelo relevo que assume no direito adjetivo laboral, é a tutela cautelar, na qual sobressaem, justamente, o procedimento cautelar comum e a suspensão do despedimento. Seguem-se o processo declarativo comum e três processos especiais, de entre os vários que, com outras tantas finalidades, o Código de Processo do Trabalho prevê e regula: os destinados à impugnação da regularidade e licitude do despedimento, à impugnação do despedimento coletivo

e ao reconhecimento da existência de contrato de trabalho. Na respetiva escolha pesaram a relativa novidade de dois deles, as muitas questões e dúvidas de vária ordem que todos suscitam e a sua apreciável expressão prática, traduzida numa vasta e estimulante produção jurisprudencial.

De igual modo, o duplo propósito assinalado condiciona a seleção dos pontos e questões versados, a propósito de cada tema. Não sendo possível, nem sequer apropriado, numa obra com esta fisionomia, um seu tratamento sistemático e exaustivo, optou-se por incluir apenas aqueles que, em razão das suas implicações teóricas ou práticas, da incerteza e/ou controvérsia que os rodeia ou das dificuldades que colocam, se mostraram incontornáveis. E, bem assim, por fazer variar o detalhe empregue na sua análise com a sua maior ou menor ligação com o tema em apreço, completando, não obstante, as referências mais sucintas com as adequadas indicações doutrinárias e jurisprudenciais.

Neste momento feliz, que marca o alcançar de mais uma etapa do caminho que, com gosto e empenho, tenho vindo a percorrer, agradeço - muito -, aos meus Pais, ao Jorge, à Madalena, à Joaquina e à Teresinha, que tão generosa e pacientemente me apoiaram e ajudaram a chegar até aqui.

Lisboa, maio de 2017

ÍNDICE

Nota Prévia	7
Abreviaturas	9
Plano	11

I. INTRODUÇÃO

1. Princípios do Direito Processual do Trabalho	13
1.1. Justiça célere	14
1.2. Justiça pacificadora	17
1.3. Justiça completa	19
2. Quadro normativo	21
2.1. Código de Processo do Trabalho	21
2.2. Código de Processo Civil	23
3. Pressupostos processuais: especificidades do regime adjetivo laboral	27
3.1. Legitimidade	27
3.2. Representação e patrocínio judiciário	29

II. PROCEDIMENTOS CAUTELARES

4. Tutela cautelar processo do trabalho	33
5. Procedimento cautelar comum	34
5.1. Regime	34
5.2. Situações que no contexto da relação laboral justificam o recurso a uma providência cautelar não especificada	39
5.3. Inversão do contencioso	44
6. Procedimentos cautelares especificados	48
6.1. Procedimentos cautelares especificados regulados no CPT	48
6.1.1. Regime	48
6.1.2. Suspensão do despedimento	48
6.1.2.1. Caracterização	48
6.1.2.2. Âmbito de aplicação	48
6.1.2.3. Prazo	51
6.1.2.4. Articulação com a ação principal	52
6.1.2.5. Tramitação	54

6.1.2.6. Decretamento da providência	56
6.1.2.7. Efeitos	63
6.1.2.8. Admissibilidade de inversão do contencioso?	69
6.1.3. Proteção da segurança, higiene e saúde no trabalho	72
6.2. Procedimentos cautelares especificados regulados no CPC aplicáveis ao foro laboral	74

III. PROCESSO DECLARATIVO COMUM

7. Âmbito de aplicação	77
8. Regime	78
9. Prazo(s)	80
10. Marcha do processo	83
10.1. Articulados e audiência de partes	83
10.2. Saneamento e condensação	86
10.3. Instrução e discussão e julgamento da causa	87
11. Condenação <i>extra vel ultra petitum</i>	89

IV. PROCESSOS ESPECIAIS

12. Impugnação da regularidade e licitude do despedimento	101
12.1. Características	101
12.2. Âmbito de aplicação	101
12.3. Prazo	104
12.4. Marcha do processo	106
12.4.1. Início do processo	106
12.4.1.1. Apresentação do formulário e da decisão de despedimento	106
12.4.1.2. Recusa do formulário pela secretaria	108
12.4.1.3. Indeferimento liminar com fundamento em erro na forma do processo?	109
12.4.2. Audiência de partes	111
12.4.3. Articulados	115
12.4.3.1. Articulado do empregador (conteúdo, prazo, não apresentação)	115
12.4.3.2. Articulado do trabalhador (conteúdo, prazo, não apresentação)	123
12.4.3.3. Articulado de resposta do empregador	130
12.4.4. Termos posteriores aos articulados	130

13. Impugnação do despedimento coletivo	131
13.1. Características	131
13.2. Âmbito de aplicação	133
13.3. Prazo	134
13.4. Marcha do processo	135
13.4.1. Articulados	135
13.4.2. Assessoria técnica	142
13.4.3. Audiência prévia e despacho saneador	144
13.4.4. Termos subsequentes	146
14. Ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho	147
14.1. Características	147
14.2. Marcha do processo	148
14.2.1. Propositura pelo Ministério Público	148
14.2.2. Prazo	152
14.2.3. Articulados	155
14.2.4. Intervenção na ação do prestador da atividade	157
14.2.5. Audiência de partes	162
14.2.6. Instrução e decisão	165
Bibliografia	169
Jurisprudência	179